



O Parque Serra do Cipó: os reflexos dessa Unidade de Conservação dentro da Comunidade do Retiro

Pollyanna Alencar Silva, Tathiane Paraíso

Introdução

Este trabalho se insere a partir de estudos oriundos do projeto de pesquisa: Ecologia e conservação das Matas Secas do norte de Minas Gerais, Subprojeto 8: Etnografia dos Conflitos Socioambientais em Matas Secas: caracterização socioeconômica, cultural e cartografia territorial dos povos tradicionais em conflito com unidades de conservação. Projeto o qual está sendo desenvolvido pelo Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA vinculado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES, tem como objeto de investigação o processo de implementação do PARNA Serra do Cipó a partir da versão dos sujeitos expropriados que habitavam esse espaço social.

Dentro do contexto ambiental o Brasil prevalece hegemonicamente a corrente preservacionista denominada por Diegues como “Natureza Intocada”. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano [...]. Apresenta uma visão dicotômica dentre sociedade e natureza, na qual esta deve ser protegida de forma intocada dissociada dos sujeitos que nela habitam (DIEGUES, 2008, p. 31 e 32) [1],entretanto na década de 80 com a articulação dos “povos da floresta” e a repercussão da morte de Chico Mendes, emerge os socioambientalistas, visto a falência do modelo preservacionista e os diversos conflitos advindos desta concepção de conservação.

Essa corrente preservacionista ainda vigora, e tem nos parques (Unidade de Conservação Integral) o principal mecanismo de proteção da natureza. Não considera a existência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas desconsiderando a relação de cuidado dessas populações para com a natureza. Criado a partir desta concepção o PARNA Serra do Cipó. O Parque se localiza no distrito Serra do Cipó, o qual pertence ao município de Santana do Riacho.

De acordo com o Plano de Manejo [2] o Parque Nacional da Serra do Cipó foi primeiramente instituído como uma Unidade de Conservação Estadual – o Parque Estadual da Serra do Cipó – e estabelecido de acordo com a Lei Estadual n.º 605, de 14 de julho de 1975. A criação desta unidade recebeu influências principalmente de cientistas e pesquisadores preocupados com a conservação da biodiversidade da Serra do Cipó. Em 1984 surgiu oficialmente a Parque Nacional Serra do Cipó, caracterizada como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, com o objetivo de resguardar a riqueza natural.

Com a criação dessa unidade de conservação em meio a ditadura militar a população cipoense que vivia em uma comunidade no parque denominada como Retiro teve seus modos de vida ameaçados por um sistema de preservação integral, o qual desconsidera a presença do homem para manutenção da vida natural. As famílias que ali residiam foram desapropriadas, e as que ainda residem vivem em um processo de luta pelo território, o qual foi usado sustentavelmente por tempo permanente para a reprodução cultural, social, econômica.

A partir do conflito instaurado na Serra do Cipó ter se configurado em uma demanda a ser trabalhada e pesquisada por diversos profissionais das áreas biológicas e das ciências sociais aplicadas, em um contexto interdisciplinar de estudos e pesquisas. O presente trabalho tem como objetivo fomentar a importância que o território possui para os moradores da comunidade do Retiro e que a presença da mesma não afeta a biodiversidade do Parque, uma vez que esses moradores sempre viveram respaldados no uso sustentável da terra.

Material e métodos

A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias, a investigação de dados sócio-econômicos e trabalho de campo com entrevistas aplicadas aos moradores da comunidade do Retiro. Esta entrevista foi realizada juntamente com uma Assistente Social que compõe a equipe de pesquisa do NIISA com o objetivo de levantar dados que enfatizariam a importância da permanência dessa comunidade no entorno do parque. A análise de tal conflito perpassa pela observação interdisciplinar dos vários profissionais que compõe o NIISA, como biólogos, antropólogos, psicólogos.



FÓRUM

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



24 a 27
setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

Apoio financeiro: CNPq
Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes/nº 24579714.0.0000.5146

Resultados/ Discussão

Sabe-se que um dos maiores problemas existentes no século XXI é a situação de destruição pela qual os ecossistemas têm sofrido. Entretanto, este não é um processo recente. Desde o início da industrialização e da expansão do sistema capitalista que a exploração e expropriação ambiental vêm se materializando. Para Santos[3] quando o capital identifica a natureza como fonte fornecedora dos meios necessários à efetivação de suas estratégias lucrativas, materializa-se e iniciam-se as ameaças de destruição da natureza e dos recursos naturais.

Logo, com a ampliação do sistema capitalista, o meio ambiente sofreu e sofre grandes alterações devido a intensa exploração os recursos naturais em prol de uma sociedade consumidora, Conseqüentemente se fez necessária a dinamização da temática que remete a preservação do meio ambiente.

O Parque Nacional Serra do Cipó é enquadrado dentro de Uma Unidade de Conservação de uso Integral, logo, este Tipo de unidade não permite a intervenção do homem, ao passo que as famílias que residem ainda dentro do Parque estão em um processo de luta pela terra. Diante dessas percepções instaurou-se um conflito territorial, logo, os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades ecológicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” (Zhouri e Laschefski, 2010,p.7)[4].

A pesquisa realizada pelo NIISA no Parque Nacional Serra do Cipó ainda encontra-se em andamento, dentre as atividades realizadas no NIISA no mês de maio foi realizado um trabalho de campo com a comunidade do Retiro, a qual se localiza dentro do Parque, foram feitas entrevistas com as seis famílias que vivem na comunidade. Esse trabalho de campo tinha o objetivo de através dos relatos das famílias salientar a importância da permanência dessas famílias nos seus territórios, uma vez que, segundo Zhouri e Laschefski(2010) [4] a perda desse território significa não apenas a perda de um pedaço de terra, mas sim um processo de desterritorialização, logo, a mudança para outra localidade compreende em uma desestruturação tanto no seu modo de vida quanto nas memórias ali encontradas. Tendo também como objetivo salientar as aflições causadas pelo Parque e pelas obras de infra-estrutura.

Durante as visitas e entrevistas evidenciou-se que o histórico familiar de todos os moradores se remetia a atividades voltadas a agricultura de subsistência, atividades relacionadas ao contato direto com a natureza. As famílias que ali viviam e vivem sempre usou da terra como um meio de garantir seus próprios alimentos. Com a criação do Parque a agricultura familiar ficou suspensa. Com o advento a essas proibições o plantio das famílias ficou restrito a uma pequena área dos seus quintais, entretanto o arroz e feijão que exigiam um espaço maior para cultivo ficaram prejudicados. Outra atividade importante que os moradores desempenhavam antes da criação do Parque era a colheita do coco Macaúba, que era matéria prima para fabricação de óleo para cozinhar, fabricação de sabão preto e branco, e para produção de carvão. Essa colheita de coco Macaúba movimentava até a renda familiar, uma vez que no Município de Santana do Riacho se localizava duas fabricas de sabão, tinham como matéria prima o coco de Macaúba. Logo, a produção ficou prejudica com a suspensão. A partir das percepções dos moradores sobre o Parque, evidenciou-se que o Parque não trouxe nenhum benefício para os moradores, somente prejuízos, ao passo que desapropriou moradores, impediu o cultivo e criação de animais, não deu condições para que essas famílias permanecessem com seus modos de vida

A estrutura da casa dos moradores no que tange a qualidade de vida está em déficit, algumas são feitas de adobe, não há banheiros em quase todas as casas, o município de Santana do Riacho não disponibiliza um aparato de técnicos responsável por um melhor conhecimento da realidade dos moradores do Distrito Serra do Cipó, logo para um melhor atendimento. O município vê o Distrito como um ambiente só de turistas, ignorando a existência de problemas sociais ocasionados pela criação de uma Unidade de Conservação Integral, não condizendo com os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal, a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, previdência social, assistência aos desamparados.

De acordo com relato dos moradores não houve nenhum tipo de procedimento que viesse a considerar o individuo dentro de um contexto que fora lhe assegurado por gerações.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -ICMBIO –[5] Cabe a ele executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. A partir dessas competências destinadas ao ICMBIO, analisamos a atual conjuntura do Parque, uma vez que o mesmo órgão que é responsável por zelar pela conservação das UCs é ele que está a frente de



uma obra dentro do Parque, a qual tem a finalidade de reformar a Portaria, construir estacionamento, um Mirante e ainda reformar a MG-10 para uma melhor comodidade e acesso do Parque aos turistas. Logo essa atitude desconsidera a finalidade do Parque e ainda desconsidera os moradores que na sua cotidianeidade sofrem com os impactos ambientais gerados por essas obras.

Os moradores questionam até que ponto esse tipo de preservação vai, ao passo que foram derrubadas coqueiros, e outras espécies de árvores. Essa obra de infra-estrutura do Parque já foi denunciada ao ministério público, uma vez que a ICMBIO afirmava não ser necessária uma autorização do IBAMA para dar início as obras, que sendo eles não causaria nenhum impacto ambiental. Um dos impactos ambientais gerados pelas obras segundo moradores é assoreamento do rio, uma vez que as obras acontecem durante período de chuva, ocasionando o escoamento das terras para o rio e até mesmo para as casas, podendo haver deslizamentos.

Todos os relatos feitos por moradores evidencia-se que os mesmos têm uma visão negativa do Parque, uma vez que o Parque invadiu seus territórios, desmatou, desapropriou, prejudicou o ciclo do rio, e ainda os acusaram de ameaçarem a vida natural do Parque desmerecendo e desconsiderando um histórico de dedicação em troca de saberes dentro de um território tido como santuário, espaço de renovação de memórias.

Contudo fomenta-se a importância da resistência desses moradores e luta por um fortalecimento da comunidade, uma vez que a permanência desses não ocasionará nenhum um dano ao Parque e sim poderá propiciar uma construção, continuidade de saberes e viveres tradicionais.

Considerações finais

OS processos em curso ainda continuam renegando os diversos estudos que demonstram a harmoniosa ação das populações com a natureza, e dos diversos atores que dependem desse meio para sua sobrevivência. Considera-se que o compromisso do Estado deve ser efetivado através de ações que beneficiem todos os segmentos da sociedade, e não somente como o explicitado nesse caso, com o setor industrial e turístico.

As famílias identificadas no estudo têm sofrido coerções que afetam diretamente sua sobrevivência, pois são proibidas de produzirem em seus territórios e de manterem práticas culturais e produtivas tradicionalmente construídas, pois são diversas as imposições dos órgãos responsáveis pela administração do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Para além das questões identificadas até o momento, a proposta é atentar quanto à problemática socioambiental que os processos de apropriação desigual dos territórios têm provocado para as comunidades tradicionais e rurais que, na contramão dos processos econômicos vigentes, dispõem de relativamente pouco espaço para se reproduzirem e praticarem suas dinâmicas de vida.

Referências

- [1] DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. ed. 3ª São Paulo, 2001. Hucitec.
- [2] ICMBio. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó**. 2009. Brasília: ICMBio, 2009.
- [3] SANTOS, Raquel. **Serviço Social e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, 2007. 78 p. Monografia (Curso de Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007
- [4] ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K. e PEREIRA, D. (2005). "Introdução. Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI.
- [5] Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –ICMBIO. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/criacao-de-unidades-de-conservacao.html>. Acesso em 11 agosto. 2014.